

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano II - Nº 184 - Brasília, quinta-feira, 14 de março de 1996

Fundo de combate a drogas poderá receber recursos de expropriação

CCJ aprova projeto que destina ao Funcab recursos originários do confisco de bens nos casos de tráfico e da expropriação de terra onde sejam cultivadas plantas psicotrópicas



A Comissão de Justiça aprovou também projeto que regulamenta o funcionamento de aeroclubes

Senadores repelem críticas a Sarney

“O presidente desta Casa, que se tem comportado com a maior imparcialidade, agora não pode ser vítima injusta de interesses políticos”, afirmou ontem o senador Antonio Carlos Magalhães ao repelir as acusações contra o presidente do Senado, José Sarney, devido à criação da CPI do Sistema Financeiro. O presidente do Senado foi defendido também pelos senadores Ronaldo Cunha Lima e Gilvam Borges. Lúcio Alcântara, por sua vez, explicou as declarações contra Sarney feitas em Tóquio pelo governador do Ceará, Tasso Jereissati. Já o senador Iris Rezende elogiou a atuação “firme e patriótica” com que o presidente do Congresso tem-se esforçado para enaltecer a figura do parlamentar brasileiro. **Páginas 4 a 6**

Roberto Freire defende Previdência igual para todos

O senador Roberto Freire (PPS-PE) criticou energeticamente o governo por patrocinar uma nova reforma da Previdência, pior, em sua opinião, que a primeira iniciativa, rejeitada pela Câmara na semana passada.

O senador definiu o projeto agora encabeçado pelo deputado Michel Temer como “uma reformeta, um arranjo, um arrumadinho”.

Freire alertou para o fato de que a nova proposta servirá apenas para atentar contra alguns direitos mínimos exercidos por trabalhadores da iniciativa privada. “Esse go-



Freire

verno teve um projeto de previdência social única e universal, depois recuou pela pressão de militares, funcionários públicos e corporações”, disse.

O senador defendeu as propostas de reforma previdenciária apresentadas pelo seu partido e pelo deputado Eduardo Jorge.

Freire pregou uma discussão da Previdência sem o varejo das aposentadorias especiais para professores universitários, parlamentares e jornalistas, num projeto em que prevalecesse a idéia de um sistema igual para todos, exceto as profissões insalubres ou perigosas.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou ontem projeto de lei de iniciativa do senador Odacir Soares (PFL-RO) determinando que serão destinados ao Fundo de Prevenção, Recuperação e de Combate às Drogas de Abuso (Funcab) os recursos originários da expropriação de gleba em qualquer região do país onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas, e do confisco de todo e qualquer bem de valor econômico apreendido em decorrência do tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.

A proposição tipifica como crime de responsabilidade o descumprimento do repasse daqueles recursos, bem como o desvio de suas finalidades. Relato favoravelmente pelo senador Esperidião Amin (PPB-SC), o projeto regulamenta o art. 243 da Constituição, e será apreciado, ainda, pelo plenário do Senado.

A CCJ aprovou também projeto de lei do senador Pedro Simon (PMDB-RS) alterando o decreto-lei 205, de 1967, que regulamenta a organização e o funcionamento dos aeroclubes no país. O projeto, que segue para votação no plenário, acaba com a proibição de instalação de um aeroclube a menos de 100 quilômetros de outro.

Também de autoria de Pedro Simon foi aprovado requerimento para que a juíza carioca Denise Frossard seja convidada a expor perante os integrantes da CCJ sua tese de combate à corrupção, recentemente divulgada na Europa. A data da exposição será acertada com a juíza.

Prêmio em homenagem a Ulysses

O Senado instituiu o Prêmio Ulysses Guimarães do Mérito Democrático, destinado a agradecer a pessoa física ou jurídica que mais contribuir para a causa da consolidação da democracia no país. O prêmio será conferido anualmente, durante cerimônia de homenagem àquele político, em sessão solene do Congresso Nacional, por ocasião do aniversário do seu nascimento - 6 de outubro.

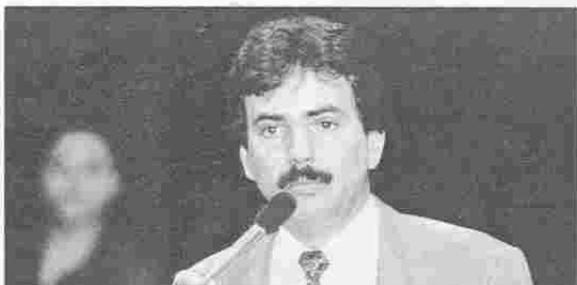
A indicação de candidatos à premiação poderá ser feita por qualquer cidadão ou grupo, devendo ser encaminhada anualmente à Mesa Diretora do Congresso, até 31 de agosto. O prêmio será atribuído em dinheiro e seu valor corresponderá à soma das importâncias equivalentes a 0,01% do Orçamento anual de cada uma das Casas do Legislativo. Não poderão participar da premiação membros do Congresso no exercício de mandato eletivo, nem ministros do Executivo e do Judiciário.

Ademir pede aproveitamento pelo Inbra de servidor demitido

Senador faz apelo ao ministro da Administração e lembra que readmissão pode ajudar programa de assentamentos

O senador Ademir Andra-de (PSB-PA) apelou ao ministro da Administração e Reforma Agrária, Bresser Pereira, para que aproveite no Inbra os servidores que o governo Collor afastou de antigos órgãos, como Cobal, Cibrazem e CFP. Ele soube que o Inbra pretende abrir concurso para admitir cerca de 2.500 servidores, a fim de dinamizar o programa de reforma agrária do governo Fernando Henrique Cardoso.

Ademir entende que o Inbra deveria aproveitar as pessoas demitidas desses órgãos públicos, que tiveram direito a anistia, mas até agora não foram reaproveitadas, apesar de estar em tramitação seu processo de readmissão. No seu entender, se aproveitar esses



Ademir: é preciso reparar erro

funcionários, o governo terá condições imediatas de dar continuidade ao programa de assentamentos, deixaria de ter gastos com o processo seletivo e resolveria o problema social de tantos servidores.

Conforme Ademir Andra-de, o aproveitamento desses funcionários já foi admitido

pelo próprio Inbra, mas o processo foi interrompido em janeiro de 1995, com a posse do novo governo. Para ele, "reparar esse erro do passado, mais do que um ato de justiça, será um gesto que engrandecerá os nossos governantes e trará tranquilidade àqueles que dele se beneficiarem".

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador José Sarney

10h - Despachos internos

12h30 - Partilha da missa em intenção da alma do ex-senador Magalhães Pinto. Local: Catedral de Brasília.

14h30 - Preside Sessão Deliberativa do Senado.

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: Requerimentos de diversos senadores solicitando a inclusão de projetos na Ordem do Dia; e *discussão em turno único do **PLC nº 105/95**, que dispõe sobre as custas devidas à União na Justiça Federal de primeiro e segundo graus, e dá outras providências.

COMISSÕES

10h - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: Apreciação das seguintes matérias: ***Mensagem nº 129/96**, sobre escolha do diplomata Francisco de Paula Almeida Nogueira Junqueira para exercer o cargo de embaixador do Brasil no México e cumulativamente o cargo de embaixador do Brasil em Belize; ***Mensagem nº 127/96**, sobre escolha do diplomata Cláudio Luiz dos Santos Rocha, para exercer o cargo de embaixador do Brasil no Irã; ***PDL nº 34/93**, que aprova o Texto da Convenção nº 169 da OIT sobre os povos indígenas e tribais em países independentes; e ***PDL nº 65/94**, que aprova o texto da Convenção sobre Cooperação Internacional e Proteção de Crianças e Adolescentes em Matéria de Adoção Internacional, concluída em Haia, em 29.05.93. Local: Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Pauta: Audiência pública com o diretor-geral do Departamento de Aviação Civil (DAC), ten.-brig.-do-ar João Felipe de Lacerda Junior, e dos presidentes da Varig, Fernando de Souza Pinto, Vasp, Wagner Canhedo, Trans-

brasil, Omar Fontana, Tam, Rolim Amaro, e do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias, Ramiro Tojal, para esclarecerem sobre os seguintes assuntos: tarifas aéreas; descaso no atendimento aos usuários; cumprimento dos horários de vôos; e sistemática de reservas. Local: Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão de Educação

Pauta: ***PLS nº 21/95** (terminativo), que institui o programa de educação para a preservação do patrimônio ecológico; ***PLS nº 234/95** (terminativo), que autoriza o Poder Executivo a criar selo comemorativo ao tricentenário de Zumbi dos Palmares e apreciação de diversos PDLs renovando a concessão de emissoras de rádio. Local: Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h30 - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Apreciação do ***PLC nº 151/92**, que extingue a contribuição sindical. Local: Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h30 - Comissão de Fiscalização e Controle

Pauta: Diversas matérias, destacando-se: *Requerimentos do senador Gilberto Miranda, solicitando sejam convidados para prestarem esclarecimentos, individualmente, à comissão os presidentes das empresas montadoras de veículos automotores, o presidente da Anfavea e o secretário da Receita Federal, acerca das declarações do ex-ministro Ciro Gomes, prestadas ao *Jornal do Brasil*, em 27.02.95, na Seção "Negócios e Finanças", página 6; sob o título "Ciro diz que montadora dribla IR". Solicita, igualmente, que o secretário da Receita Federal remeta a esta comissão, antes do seu depoimento, a relação dos impostos pagos, nos últimos cinco anos, indicando nominalmente as respectivas empresas montadoras; e solicitando, no âmbito da Subcomissão Permanente - setor de telecomunicações, seja convocado o presidente da Companhia Telefônica da Borda do Campo (CTBC) para prestar, perante este órgão colegiado, informações acerca do Plano de Expansão de Telefonia na modalidade PCT (Planta Comunitária de Telefonia). Local: Sala 06 - Ala Senador Nilo Coelho.



Antonio Carlos Magalhães

ACM espera medidas práticas da Cúpula da Paz

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado, espera que a Cúpula da Paz, iniciada ontem no Egito, com a presença de dezenas de chefes de Estado; "adote medidas práticas e concretas para prevenir e reprimir o terrorismo e para assegurar a manutenção do processo de paz no Oriente Médio". O encontro terminará no final desta semana.

- O terrorismo deve ser firmemente reprovado porque encerra ação contra a integridade física e a vida de pessoas inocentes. Conforme afirmou o secretário-geral da ONU em seu pronunciamento no plenário do encontro, o terrorismo deve ser combatido por todas as nações, porque pode se dirigir contra qualquer país - ressaltou Antonio Carlos.

Missa para Magalhães Pinto

Os presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, e o ministro interino das Relações Exteriores convidam todos os parlamentares e funcionários do Senado e da Câmara para uma missa em intenção da alma do ex-senador Magalhães Pinto. A missa será celebrada às 12h30 de hoje (quinta-feira), na Catedral de Brasília.

Iris Rezende quer solução para o entorno de Brasília

Parlamentares de Goiás e do DF estão elaborando propostas para melhorar condições de vida de um milhão de pessoas

O senador Iris Rezende (PMDB-GO) informou ontem que os senadores de Goiás e do Distrito Federal estão elaborando um documento contendo várias sugestões para resolver os problemas do entorno de Brasília, cuja população chega a um milhão de habitantes. O senador disse que o crescimento desordenado da população foi um problema inesperado surgido nas últimas décadas e que o estado de Goiás, sozinho, não tem condições de resolver.

Iris Rezende observou que o principal problema na região é a disparidade salarial em relação a Brasília. Explicou que professores, médicos e o pessoal da segurança não querem trabalhar no entorno



Iris: problemas do entorno exigem ação conjunta

por causa dos salários pagos pelo governo de Goiás, muito abaixo do que paga o do Distrito Federal. Por isso, as pessoas estão sem educação, sem saúde e sem a segurança devida.

Segundo Iris Rezende, é preciso evitar o que aconteceu, por exemplo, no Rio de

Janeiro, onde a ocupação desordenada transformou os morros em favelas e onde a vida é quase impraticável.

Em aparte, o senador Romeu Tuma (PSL-SP) disse que o cinturão de miséria que está acontecendo no entorno deve ser uma preocupação de todas as autoridades.

Odacir reclama cumprimento de acordo com os caminhoneiros

O senador Odacir Soares (PFL-RO) cobrou a liberação de recursos para recuperação da BR-364 - principal rodovia de Rondônia -, em cumprimento a acordo firmado entre o governo federal e a liderança dos caminhoneiros que, na semana passada, bloquearam a estrada para protestar contra as más condições de tráfego.

Intermediário das negociações que levaram ao acordo e à liberação da rodovia, o senador alertou o governo para a necessida-

de de se iniciarem os trabalhos de recuperação no prazo máximo de 30 dias. Caso contrário, segundo garantiu, haverá nova e imediata paralisação, desta feita por tempo indeterminado. "Nesse caso, os caminhoneiros contarão com meu apoio irrestrito", disse Odacir, lembrando que empenhou sua palavra como representante de Rondônia no Senado.

- Acho de todo conveniente advertir o governo para que colha desse episódio, antes que seja tarde demais,

o ensinamento que tem relutado em colher: é um crime e uma incomensurável irresponsabilidade sustentar, por mais tempo, a política do abandono de nossas rodovias, sob o pretexto de poupar gastos públicos - afirmou.

Para Odacir Soares, "tais gastos, amanhã, serão centuplicados, pois esse será o preço a pagar por uma poupança fundada no desperdício e no desgaste irreversível de um patrimônio construído a duras penas".

CRISE DO SISTEMA FINANCEIRO

ACM: Não é justo atacar Sarney por causa da CPI dos bancos

Senador diz que presidente da Casa apenas cumpriu o regimento interno e tem-se comportado com imparcialidade

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) repeliu ontem as acusações que vêm sendo feitas através da imprensa ao presidente do Senado, José Sarney, devido à criação da CPI destinada a investigar o sistema financeiro nacional. "Sarney apenas cumpriu o que manda o regimento ao receber o requerimento da CPI. O requerimento foi votado e aprovado pelo plenário. Não é justo que agora ele seja o único atacado pela imprensa e por

alguns políticos", afirmou.

- O presidente desta Casa, que se tem comportado com a maior imparcialidade, agora não pode ser vítima injusta de interesses políticos. É claro que cada senador tem suas convicções se assinou ou não o requerimento da CPI dos bancos. Eu, por exemplo, não assinei, por achar que a CPI não é conveniente neste momento.

Antonio Carlos defendeu Sarney de críticas feitas pelo

governador do Ceará, Tasso Jereissati, que acompanha o presidente Fernando Henrique Cardoso em visita ao Japão. Conforme o senador, "Jereissati não foi feliz em suas declarações, talvez pela distância em que se encontra do Brasil". Em entrevista ao jornal *Gazeta Mercantil*, o governador do Ceará afirmou que Sarney foi "irresponsável" por ter "articulado" a criação da CPI. Para ACM, Jereissati "não deveria ter feito tal declaração".

Gilvam: grandeza em 50 anos de vida pública

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) defendeu o presidente do Senado, José Sarney, de ataques do governador do Ceará, Tasso Jereissati, que, conforme notícia publicada nesta terça-feira pela *Gazeta Mercantil*, acusou de irresponsável e leviana a criação da CPI destinada a investigar o sistema financeiro. "Irresponsável e leviana foi a declaração do governador do Ceará", afir-



Gilvam

mou Gilvam, lastimando que num momento de plena estabilidade democrática alguém tente colocar em confronto os poderes da República.

Gilvam Borges disse que o presidente da Casa tem 50 anos de vida pública, marcada por "grandeza e responsabilidade, vivência e compromisso com a nação". O senador lembrou que a criação da CPI dos Bancos resultou de requerimento

assinado por inúmeros parlamentares, e que Sarney apenas cumpriu o regimento.

O senador também criticou o grupo que cerca o presidente da República, "por tentar denegrir e sabotar a imagem do presidente desta Casa". Gilvam mencionou outra matéria da *Gazeta Mercantil*, segundo a qual Jereissati está negociando com o ex-banqueiro Ângelo Calmon de Sá a compra de uma fábrica da Coca-Cola. Gilvam cobrou transparência nessa operação.

Ronaldo Cunha Lima condena afirmações



Ronaldo

O senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) manifestou-se surpreendido com as declarações que o governador do

Ceará, Tasso Jereissati, fez contra o presidente do Senado, José Sarney, dizendo que elas atingem a figura de um homem público da maior respeitabilidade. Cunha Lima solidarizou-se com Sarney, "por sua conduta altaneira" e disse que esse é um reconhecimento não só do PMDB, mas de todos que integram o Parlamento.

O senador testemunhou o respeito que toda a nação brasileira nutre pelo ex-presidente da República, e exprimiu sua certeza de que o presidente do Senado continuará firme na condução da Casa, mantendo um comportamento que orgulha a todos.

Iris elogia o desempenho do Congresso

O senador Iris Rezende (PMDB-GO) elogiou ontem a atuação "firme e patriótica" com que o presidente do Congresso, José Sarney, tem-se esforçado para enaltecer a figura do parlamentar brasileiro. O senador disse que o comportamento da Casa mudou para melhor. Foram conseguidos muitos avanços, e uma nova consciência e entusiasmo se registram no Congresso.

- O Parlamento, seja municipal, estadual ou federal, sofre pressões de desgaste. No entanto, a opinião pública tem observado mudanças significativas no trabalho desenvolvido por seus representantes no Legislativo - disse Iris.

Alcântara explica as declarações de Jereissati

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) disse ontem que o governador Tasso Jereissati fez uma crítica política e não à conduta do presidente do Congresso Nacional, José Sarney, durante entrevista concedida no dia 12 em Tóquio, Japão. "Foram declarações contundentes, duras, mas situadas no plano político e não pessoal", ressaltou Lúcio Alcântara.

Segundo o senador, "toda atitude do homem público pro-



Alcântara

duz efeito. Há os que apóiam, discordam ou aprovam. Tasso Jereissati tem legitimidade para manifestar seu pensamento", comentou Lúcio Alcântara.

Quanto à compra de fábricas da Coca-Cola do ex-ban-

queiro Ângelo Calmon de Sá, pelo grupo de Tasso Jereissati, o senador disse que não há nada de ilícito ou danoso ao patrimônio público no negócio. Segundo ele, se os bens de Calmon de Sá estão indisponíveis, administrados pelo Banco Central, os recursos conseguidos com a venda das fábricas irão diretamente para os cofres do BC. Com isso, a operação faz o prejuízo do banco diminuir.

CRISE DO SISTEMA FINANCEIRO

Odacir levanta dúvida sobre formação de CPI

Requerimento apresentado à Mesa pede que Comissão de Justiça esclareça se comissão poderá ser instalada caso partidos não façam a indicação de seus representantes

Rocha protesta contra colunista de O Globo

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) protestou ontem contra o artigo "Ameaça ao Real", do colunista Zóximo, do jornal *O Globo*, no qual criticou os senadores José Sarney (PMDB-AP) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) pela criação da CPI dos Bancos. Rocha classificou a matéria de "grosseira e irresponsável" porque, além de agredir dois senadores da República, agrediu também o estado do Amapá.

Destacando que o Congresso e a imprensa têm a mesma função de fiscalizar o Poder Público, Sebastião Rocha afirmou que o jornalista deveria apoiar a CPI porque o maior risco para o Plano Real está nas fraudes contra o sistema financeiro e não na intenção dos senadores de apurar as irregularidades denunciadas pelos próprios meios de comunicação.

- O colunista tem obrigação de saber que todos os senadores foram eleitos também para fiscalizar o governo do presidente Fernando Henrique. E o Amapá, ao contrário do que sugere Zóximo, faz parte deste país e tem representantes dispostos a defendê-lo, inclusive das ofensas irresponsáveis de colunistas fantasiados de comentaristas políticos - disse.

Em aparte, o senador Antonio Carlos Valadares associou-se ao pronunciamento de Sebastião Rocha, e, após dizer que Zóximo é um "colunista mal-intencionado e mal-informado a serviço do Poder", pediu providências enérgicas do Congresso Nacional para que episódios dessa natureza não se repitam.



Odacir Soares faz consulta à CCJ

Projeto de Maldaner dá prazo de 15 dias para indicação de senadores

Cada partido terá 15 dias para indicar seus representantes assim que for aprovada a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Caso isso não seja feito, as vagas serão redistribuídas aos partidos que já tiverem oficializado as indicações. Isso é o que prevê projeto de resolução apresentado ontem pelo senador Casildo Maldaner (PMDB-SC).



Maldaner

Segundo o senador catarinense, a mudança pode ser feita se acrescentado um parágrafo ao artigo 145 do Regimento Interno do Senado. Caso seja aprovada, acabará a estratégia de alguns partidos de não indicarem representantes de uma CPI, o que na prática termina por inviabilizar a Comissão de Inquérito, conforme explicação do senador.

Suplicy critica posição do PFL sobre a CPI dos bancos

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) criticou o comportamento do PFL, que, em protesto contra a CPI do sistema financeiro não teria indicado seus representantes na composição do órgão. De acordo com Suplicy, os argumentos usados pelos que contestam a CPI não se sustentam e "são os mesmos daqueles que protestaram contra a criação



Suplicy

de uma comissão de inquérito para o caso Paulo César Farias".

Suplicy acentuou que a opinião pública é fundamental para a decisão de a CPI ir adiante, e que os 29 senadores que pediram a criação da comissão representam os brasileiros que pretendem, "através de um exame de raio X", investigar a fundo o sistema financeiro.

Requerimento apresentado ontem à Mesa pelo senador Odacir Soares (PFL-RO), primeiro-secretário do Senado, pede que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) se manifeste, com base no regimento interno, antes do início da CPI sobre os bancos, se uma CPI pode ser instalada sem a totalidade das indicações dos representantes dos partidos.

Caso a resposta seja positiva, o senador quer saber qual o número mínimo de integrantes e se tal circunstância não acarretaria prejuízo ao quorum de deliberação. A CPI destinada a apurar responsabilidades contra o Sistema Financeiro Nacional ainda não foi instalada porque nem todos os partidos indicaram seus representantes.

Valadares estranha pressões contra investigação



Valadares

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) declarou ontem estranhar a pressão que o governo vem exercendo contra

a CPI do Sistema Financeiro. Para ele, o esclarecimento das "relações obscuras" entre o Banco Central e os bancos contribuirá para a normalização do setor, "que, em muitos casos, afronta a lei como se fosse um estado dentro do Estado, imune a fiscalização".

Valadares anunciou que ocupará hoje a tribuna para explicar por que interessa ao governo a correção de rumos do "banco que, como órgão fiscalizador, tem-se mostrado deficiente, ineficaz e benevolente".

CRISE DO SISTEMA FINANCEIRO

Auditor e ex-presidente da CVM depõem

Perante comissão mista do Congresso, sócio da Price não considera razoável que um banco precise apresentar irregularidade de R\$ 4,8 bilhões para autoridades tomarem providência

Em depoimento prestado ontem à Comissão Mista que examina a medida provisória que estabelece medidas de fortalecimento do sistema financeiro (MP 1.327/96), presidida pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB), o auditor Irineu de Mula, sócio da empresa de auditoria Price Waterhouse, afirmou não lhe parecer razoável que um banco precise apresentar irregularidades no valor de R\$ 4,8 bilhões, como foi o caso do Banco Nacional, para as autoridades darem início a um processo.

Eximindo-se de falar especificamente sobre qualquer episódio recente, Irineu de Mula disse que em um país onde exista uma cultura financeira mais realista, as providências seriam tomadas quando se detectassem irregularidades com os primeiros mil reais.

O segundo depoente, o ex-presidente da Comissão de Valores Mobiliários, Hugo Rocha Bra-

ga, alertou os senadores e deputados para o perigo de se atribuir a responsabilidade pelas fraudes e outras irregularidades no sistema financeiro aos auditores e contadores, que na verdade trabalham para os controladores dos bancos. Os auditores, segundo o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), estão sendo mostrados pela imprensa como bodes expiatórios da crise.

O senador Bello Parga (PFL-MA) quis saber como pode acontecer uma fraude como a do Banco Nacional, que levou 10 anos para ser detectada, e só o foi por ter sido admitida pela diretoria da instituição. Para Hugo Rocha, esse fato dá a impressão de que a fiscalização do Banco Central e os auditores das empresas privadas não fizeram nada. No entanto, ele destacou que "nesse caso específico não foi dado aos auditores o direito ou feita a convocação para en-



Presidida por Suassuna (C), comissão ouviu ontem dois depoentes

trarem nisso".

O senador Wilson Kleinübing (PFL-SC), relator da MP que amplia os poderes do Banco Central, defendeu um limite para o Proer, baseado entre o ativo e o passivo dos bancos. Ele indagou se no caso do Nacional, um dos principais beneficiários do programa, havia a possibilidade de os auditores e fiscais terem sido enganados. Irineu de Mula afirmou que sim e lançou uma pergunta: "Os

senhores acreditam que o contador-chefe do Nacional, o Clarimundo, teria meios de, sozinho, mascarar os balanços e informações financeiras por tanto tempo?"

Neste sentido, Hugo Rocha notou que o comportamento mais indicado para qualquer banco é sempre submeter o trabalho de um funcionário ao de outros funcionários, para que assim se estabeleça um padrão de controle interno seguro.

Benedita pede providências contra exploração de crianças no trabalho

A exploração da mão-de-obra infantil é um fenômeno em expansão que precisa ser erradicado, afirmou a senadora Benedita da Silva (PT-RJ) ao registrar ato público contra o trabalho infantil, realizado ontem no Espaço Cultural da Câmara dos Deputados, objetivando a inclusão do tema como prioridade na agenda política do Congresso Nacional.

Segundo a senadora, o ato foi promovido pelo Núcleo da Bancada do PT pela Erradicação do Trabalho Infantil, Central Única dos Trabalhadores do Distri-



Benedita da Silva

to Federal, Contag, Inesc e Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho.

Benedita da Silva lamentou que no Brasil as crianças estejam começando a trabalhar cada vez mais cedo, aos 5 ou 6 anos de idade, e, conforme disse, em muitos casos, são obrigadas a assumir o papel de "chefe de família", em função do desemprego dos pais ou da ausência destes.

- O que existe são seres sem infância, que representam a alarmante cifra de 7,5 milhões de crianças trabalhadoras, sendo que mais de 3 milhões entre 10

e 14 anos e 4,5 milhões de adolescentes entre 14 e 17 anos - informou a senadora, para quem a OIT considera ser "difícil encontrar, no Brasil, uma mercadoria na cadeia produtiva que não tenha a mão-de-obra de uma criança".

HEPATITE

Em outro pronunciamento, a senadora Benedita da Silva afirmou que a população do país corre sérios riscos de contaminação por Hepatite B - mal virótico que causa câncer no fígado - caso o Ministério da Saúde não providencie imediatamente estoques de vacina contra a doença, que tem alto poder de transmissão.

Luiz Alberto homenageia publicitário

O senador Luiz Alberto Oliveira (PTB-PR) prestou homenagem ao publicitário paranaense Sérgio Mercer, falecido na semana passada. Lembrando seu trabalho junto ao governador Jaime Lerner, desde a sua primeira gestão na prefeitura de Curitiba, o senador disse que Sérgio Mercer "deixa uma lacuna na vida do Paraná que dificilmente será preenchida por qualquer outra pessoa".

Luiz Alberto Oliveira recordou episódios da vida do publicitário que demonstram o amor que ele tinha pela vida e a alegria e a generosidade que comandavam seus atos. Também destacou a ação de Mercer na Fundação Cultural de Curitiba.

Lucena propõe revisão do comércio exterior

Segundo senador, o Estado deve empreender esforço regulador para que as importações não continuem eliminando postos de trabalho no Brasil

A imediata revisão da política para o comércio exterior foi defendida pelo senador Humberto Lucena (PMDB-PB), para quem, ao contrário do que pregam os neoliberais, o Estado deve empreender um esforço regulador, a fim de que as importações não continuem a eliminar postos de trabalho. "Está claro que um aumento substancial de nossas exportações deve ser perseguido, particularmente com vistas ao seu reflexo positivo sobre o nível de emprego", afirmou o parlamentar.

Mencionando dados apre-



Lucena: desemprego exige ação rápida do governo

sentados pelo deputado Delfim Netto, Lucena lembrou que o Brasil deveria ter exportado em 1995 mais de US\$ 52,5 bilhões e não US\$ 46,5 bilhões, como ocorreu. E disse que es-

tes US\$ 6 bilhões adicionais teriam criado emprego para cerca de 150 mil pessoas. Mesmo considerando que o mundo desenvolvido enfrenta o impacto inevitá-

vel do desemprego tecnológico, o senador sustentou que o Brasil ainda tem bastante campo para aumentar, nos termos tradicionais, sua oferta de trabalho.

O senador disse que o país convive com 3,4 milhões de desempregados, número que se agiganta se a ele forem somados 1,6 milhão de novos postulantes a vagas, a cada ano, no mercado de trabalho. Conforme Lucena, uma em quatro famílias brasileiras já possui pelo menos um desempregado dentro de casa, e essa relação aumenta para 50% dos lares nas regiões menos favorecidas do país, como o Norte e o Nordeste. Isso é praticamente o dobro do desemprego verificado no início da década e exige rápida ação do governo.

CCJ bate recorde no exame de projetos

O senador Iris Rezende (PMDB-GO), presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), comemorou ontem os resultados do levantamento das atividades da comissão em 1995, quando foi registrado o número recorde de 342 proposições apreciadas. Só para a instrução do projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), já aprovada pelo Senado, foram ouvidas, em audiências públicas, 33 autoridades, incluindo parlamentares e representantes do setor.

Iris Rezende destacou que os "excelentes resultados" da CCJ, integrada por 23 senadores, só foram possíveis em função da colaboração e do interesse manifestado por todos os seus membros. Das 64 reuniões convocadas no ano passado, foram realizadas 61. Entre as matérias relatadas pela CCJ no ano passado, 157 eram projetos de lei oriundos da Câmara dos Deputados, 78 projetos de lei de iniciativa do Senado e 28 propostas de emenda constitucional.

Júlio Campos alerta para projeto que ameaça o Real

O senador Júlio Campos (PFL-MT) defendeu ontem a rejeição do Requerimento 1546, que pretende incluir na Ordem do Dia de hoje projeto oriundo da Câmara dos Deputados regulamentando a atividade de motoristas e cobradores de transportes coletivos urbanos, garantindo à classe, conforme o senador, benefícios que podem comprometer a estabilidade do Plano Real.

Júlio Campos referiu-se a audiência na qual recebeu empresários do setor de transportes, quando eles manifestaram sua



Campos: proposta deve ser melhor avaliada

preocupação com as consequências dos aumentos de custos para os transportes coletivos caso sejam aprovados "privilégios" como aposentadoria especial e redução da carga de trabalho daqueles profissionais, que estão incluídos na proposta.

Na opinião do senador, a matéria deveria voltar à tramitação normal nas comissões "para ser melhor avaliada".



Sebastião Rocha

Rocha pede ajuda para o Amapá

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) denunciou a grave situação em que se encontram os municípios de Calçoene, Oiapoque, Tartarugalzinho e Amapá, no seu estado, em decorrência da enchente que danificou seriamente a rodovia BR-156.

Rocha pediu providências do governo da União para "amenizar o sofrimento do povo daqueles municípios", e manifestou sua tristeza com a situação daquelas populações.

Coutinho cobra empenho no exame do Orçamento

Senador reclama da demora na votação também do Plano Plurianual, diz que governo já fez sua parte e alerta que o Congresso agora deve apressar decisões

O senador Coutinho Jorge (PSDB-PA) criticou ontem o que chamou de "omissão" do Congresso Nacional por não haver votado ainda o Plano Plurianual (PPA-96/99) e o Orçamento Anual da União para 1996. Segundo o senador,



Coutinho Jorge

o governo já fez a sua parte e o Congresso deve apressar suas decisões. "Isso não é bom para o Congresso e é ruim para o Brasil. Temos que pe-

car pelo excesso, mas nunca pela omissão, e o PPA é um exemplo disso", ressaltou.

O Congresso tem que tomar juízo e fazer sua autocrítica nesse sentido. Na verdade, gostamos muito de discursos e quase sempre não sabemos operacionalizá-los e transformá-los em realidade. Não podemos agir como avestruz. O governo já está no seu segundo ano de mandato e,

portanto, sabe o que vai fazer. O Congresso, ao contrário, parece fazer questão de não saber: continua com a visão bitolada e imediatista de lutar somente pelo orçamento geral. Se não sabemos a direção, como escolher o rumo? - indagou Coutinho Jorge.

O senador destacou estar convencido, também, de que planos e orçamentos deveriam ser apreciados e discutidos separadamente pelas duas Casas do Congresso, com comissões específicas, prazos rigorosos e regras definidas.



Renan Calheiros

Calheiros diz que votação começa dia 20

José Ignácio reclama definição de política para o Proálcool

A urgente definição da política do governo para o Proálcool foi reclamada pelo senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES), ao advertir para o perigo de, com a extinção do programa, se colocar o país novamente como refém da chantagem internacional, já que precisaria importar mais metanol. No entender do senador, o governo precisa, sim, estimular o Proálcool, repensando o programa, examinando formas de subsídio que garantam a sua sobrevivência produtiva e redimensionando os critérios da produção automobilística.

José Ignácio lembrou que o Proálcool surgiu como uma das alternativas de resistência à chantagem internacional comandada pelas nações petrolíferas que, a partir de 1973, pas-

saram a aumentar abusivamente o preço do barril de petróleo, inviabilizando economias nascentes como a brasileira. "Hoje o Brasil importa menos de 40% do petróleo que consome, uma vez que a produção interna e os 150 mil barris de álcool carburante que retira do setor sucroalcooleiro são suficientes para as suas necessidades", afirmou.

Para José Ignácio, o Proálcool começou a enfrentar dificuldades a partir do instante em que os preços internacionais do petróleo começaram a cair e os do álcool carburante mantiveram-se altos a ponto de, hoje, o seu



José Ignácio

custo ser quase igual ao da gasolina. Com isso, as montadoras reduziram de 85% para 3% a produção de veículos movidos a álcool, sendo urgente que o governo, "antes mesmo de articular subsídios ao Proálcool", redimensione os critérios da produção automobilística.

É evidente que o Proálcool não pode ser abandonado - disse José Ignácio, lembrando os prejuízos econômicos e sociais que a medida acarretaria. Na sua opinião, o Proálcool ainda não se exauriu e poderá continuar a ser, por muitos anos, "um precioso instrumento para a diversificação industrial brasileira".

A Comissão Mista de Orçamento inicia na próxima quarta-feira, dia 20, a discussão e votação do parecer do relator-geral, deputado Iberê Ferreira, sobre o orçamento geral da União.

O anúncio foi feito ontem pelo presidente da comissão, senador Renan Calheiros (PMDB-AL), acrescentando que o início da apreciação do Plano Plurianual, no plenário da comissão, está marcado para terça-feira, dia 19.

Calheiros prevê que na semana seguinte o orçamento começará a ser discutido e votado pelo plenário do Congresso Nacional.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade ■ Editores - Djalma Lima e Edson de Almeida
Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento ■ Revisão: Soraiá F. do Carmo ■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.